

Ao longo do livro os topónimos e nomes próprios brasileiros, sobretudo os que têm algum acento, são tratados com displicência: Tibiriça (p. 15), Brás de Cubas (p. 43), Coitã, Taubate (p. 60), carijos (p. 67), tupinambas (p. 68), Campo de Goitacas (p. 216), Vale de Paraíba (p. 219), etc. A mística ex-escrava Rosa Maria Egípcia da Vera Cruz, biografada por Luís Mott, aparece na p. 167 como «Rosa a Egípcia da Verdadeira Cruz». A Confraria de N. S. do Rosário dos Homens Pretos adquire (pp. 161 e 168) a designação politicamente mais correcta de Confraria [...] dos Homens Negros. A revolta dos alfaiates na Bahia foi liderada (p. 179) por «Jean de Dieu». Entre os activistas do movimento da independência figuram «um tal José Clemente» (p. 195), «um certo Ledo» (p. 195), e «frei Canuca» (p. 202).

Aprendemos ainda que as malocas dos índios eram construídas «nos troncos das árvores» (p. 14) e que os holandeses teriam sido expulsos do Brasil em 1689 (p. 58), após as duas batalhas de Guarapos (p. 93). Os dois momentos principais na luta pela emancipação dos escravos teriam sido a «lei da venda livre» (pp. 212 e 252--253) e a «lei de ouro» (p. 265). Uma *lecture primaire* da antropofagia transforma-se em «leitura de primeiro grau» (p. 16). Uma discussão teológica sobre a presença real na Eucaristia transforma-se em debate sobre a «presença régia» (p. 85). Os desembargadores nomeados na Bahia em finais do século XVI tiveram de conhecer uma profusão de «plantas» (*plaintes?*) de toda a espécie. O can-

gaceiro Lampião «durante vinte anos não conseguiu ser preso» (p. 312). Em 1998 os bispos brasileiros propuseram que fossem consideradas crimes «a ensiminação artificial» e a «lacação das trompas» (p. 459). E um dos principais clubes de futebol do Rio de Janeiro é o «Flamingo» (p. 498).

Mais grave, por fim, numa obra com pretensões científicas, é a falta de cuidado nas referências bibliográficas. Gilberto Freyre teria publicado em 1933 uma obra intitulada *Senhores e Escravos* (p. 484), Hans Staden em 1557 uma narrativa intitulada *Nus, féroces et anthropophages* (pp. 12 e 19). Um texto de Joaquim Romero de Magalhães é atribuído (pp. 25 e 32) a Francisco Bethencourt e Kirti Chaudhuri — que aparece, de resto, na bibliografia como Kiri Chaidhuru (p. 540). João Lúcio de Azevedo vira Lucas de Azevedo (p. 49), Ronaldo Vainfas Rodolfo Vaintas (p. 81). Manuela Carneiro da Cunha vira Manuel (p. 540).

Assim, não.

ROBERT ROWLAND

J. M. Brandão de Brito (coord.), **Revolução e Democracia**, vol. 2, **O País em Revolução**, Lisboa, Editorial Notícias, 2001, 399 páginas.

Dois anos de pois do primeiro, a Editorial Notícias edita o 2.º volume 879

da série «Revolução e Democracia», que toma como pretexto a comemoração dos 25 anos do 25 de Abril de 1974 para reunir o trabalho de diferentes historiadores e investigadores e, desse modo, contribuir para elucidar os acontecimentos, o seu significado e o seu impacto na história contemporânea portuguesa. Depois do 1.º volume, *Do Marcelismo ao Fim do Império*, dedicado aos antecedentes da revolução e ao processo de descolonização, este 2.º volume incide sobre o processo revolucionário propriamente dito, enquanto um terceiro, *Os Caminhos da Democracia*, talvez se encontre já nas livrarias na altura em que for publicada a presente resenha.

Como costuma ocorrer em Portugal, e como é natural se atendermos à exiguidade da sua elite intelectual e ao consequente envolvimento desta com a elite política, vários dos textos são assinados por protagonistas directos de alguns dos episódios relatados. Este facto, embora permita fazer aflorar a riqueza do saber «indígena», pode também deixar na obscuridade processos, sentidos e confrontos políticos que só adquirem sentido a partir de posições políticas alternativas ou de um olhar académico que procure retratar o jogo de posições a partir do qual se constroem os diferentes discursos. A experiência de tentar separar memória e análise, como num curso da FCSH da Universidade Nova que foi recolhido num livro de contornos semelhantes a este¹, levou a

¹ Fernando Rosas (ed.) (1999), *Portugal e a Transição para a Democracia (1974-76)*, Lisboa, Edições Colibri.

que alguns dos intervenientes não pudessem deixar de assinalar que não sabiam muito bem qual dos dois estatutos assumir, se o de analista, se o de protagonista.

Como acontece com qualquer volume colectivo, revela-se difícil elaborar uma síntese de conjunto, em especial se tivermos em conta a ausência de um trabalho coordenado entre os autores capaz de os levar a harmonizarem as suas investigações, a interligarem hipóteses ou a entrarem em diálogo. Assim, limitar-me-ei a fazer um breve comentário sobre cada um dos nove contributos.

O volume abre com um texto de José Medeiros Ferreira sobre «os militares e a evolução política interna e externa» (1974-1982). Nele, o autor começa por referir algumas das teses que vem defendendo há anos, entre elas a da coesão interna e liderança das forças armadas, como instituição, durante o processo revolucionário. Medeiros Ferreira amplia de seguida o seu âmbito de análise para descrever as vicissitudes da instituição militar entre a aprovação da Constituição e a primeira reforma constitucional, apresentando, por último, um estimulante resumo do jogo de relações exteriores — com os Estados Unidos, a União Soviética e a CEE — que intervieram no processo de democratização, mostrando que seria interessante empreender a elaboração de monografias sobre a política de cada uma destas entidades durante os dois anos de revolução.

O segundo texto é assinado por Luís Salgado de Matos e ocupa-se de

«A Igreja na revolução em Portugal». Trata-se talvez, pelo seu enfoque, do texto mais surpreendente do volume, em especial quando o comparamos com outros estudos mais distanciados sobre a Igreja católica, como os de Inácia Rezola, ou abertamente críticos, como o de José Barreto. Por um lado, é interessante que se destaque o papel da Igreja na consecução da democracia, em especial pela sua aliança com os partidos políticos maioritários no processo de resistência ao V Governo Provisório, «que demonstrou que o PCP não tinha o monopólio do povo».

Por outro lado, ficamos com a impressão de que o esforço para destacar os aspectos construtivos do papel da Igreja leva o autor a menosprezar a complexidade da instituição, a pluralidade e heterogeneidade das posições tomadas a partir dos seus diferentes sectores, e, em consequência, a desvalorizar o fundamento das razões dos ataques que a Igreja sofreu por parte de adversários pontuais enquanto cúmplice do que então se apresentava como «reação». Assim, o autor considera «natural» e «evidente» que nas diversas inspecções a edifícios religiosos — a seguir ao 25 de Abril e durante o «verão quente» — não se tivessem encontrado armas, mostrando a sua predisposição para admitir a ausência de participação das estruturas eclesásticas nos episódios conspirativos ou de luta armada. Este tipo de pressuposições contraria não apenas as declarações de grupos da extrema-esquerda (as Brigadas Revolucionárias tinham aproveitado edifícios reli-

giosos para a sua infra-estrutura), como também de militantes da «contra-revolução», cujo estudo leva Sánchez Cervelló a escrever, entre outras coisas, que «a estruturação do terrorismo anticomunista baseou-se [...] no apoio da hierarquia eclesiástica, cujo epicentro foi o arcebispado de Braga»². Cabe ao investigador analisar os «preconceitos» que serviram àqueles que atacaram a Igreja para construírem a sua interpretação das diferentes situações, mas não nos parece adequado que os preconceitos do próprio analista conquistem um lugar tão destacado.

Tão-pouco nos parece muito compreensível que se desvalorize a acusação de que a Igreja tentou orientar o voto católico para determinados partidos, assim como não nos parece adequado que o argumento se fundamente nas declarações públicas dos bispos a propósito do que se publicava numa boa parte da imprensa católica (estão ausentes da bibliografia do autor, por exemplo, os semanários católicos de Trás-os-Montes, nos quais também se podem encontrar justificações indirectas da violência anticomunista). Na análise da Igreja realizada por Salgado de Matos — assim como na das forças armadas de Medeiros Ferreira — há uma tendência para a reconstituição de uma coerência institucional, quando de facto, em termos metodológicos,

² Josep Sánchez Cervelló (1993), *A Revolução Portuguesa e a Sua Influência na Transição Espanhola*, Lisboa, Assirio e Alvim, p. 237.

nos parece mais adequado respeitar a pluralidade de *arenas* e contextos de interação nos quais intervêm diferentes sectores da instituição, cada um deles com as suas próprias lógicas autónomas. Estaríamos a cometer um reduativismo comparável se, por exemplo, analisássemos a política do PCP unicamente através do publicado no *Avante!*, sem tomar em consideração, entre muitas outras realidades, a política de informação da imprensa nacionalizada, na qual muitos dos responsáveis eram membros ou simpatizantes do partido³.

No capítulo seguinte, Fernando Oliveira Batista debruça-se sobre «O 25 de Abril, a sociedade rural e a questão da terra». Trata-se de um artigo muito bem construído sobre a reforma agrária, no qual se consideram não apenas as dinâmicas locais e os processos de mobilização autónomos, como também o peso dos factores políticos e institucionais. Deste modo, e perante as teses de manipulação do processo, o autor deixa entrever a rede complexa que liga a actividade autónoma — e com estruturas de sentido heterogéneas — dos oficiais do MFA, os sindicatos próximos do PCP, as estruturas *ad hoc* criadas pelo Ministério da Agricultura para gerir a reforma agrária, as restantes forças políticas e, finalmente, as realidades locais dos colectivos de

trabalhadores, fundamentalmente preocupados em encontrarem meios de assegurarem os seus salários.

Apesar do seu interesse, o artigo não deixa de ser a exposição razoada e documentada de um dos protagonistas institucionais do próprio processo que relata. Esta condição implica, obviamente, as virtudes e as limitações que assinalámos no início desta recensão.

A quarta intervenção é a de José Carlos Valente, que retrata o «Movimento operário e sindical, entre o corporativismo e a unicidade».

O autor aproxima-se do seu objecto de modo descritivo e, mediante uma narração muito completa e altamente informativa, dá conta da situação do movimento operário organizado antes do 25 de Abril e das vicissitudes pelas quais passou depois dessa data: a explosão de reivindicações, a formação de comissões de trabalhadores, a luta pela imposição de uma central sindical única e as articulações entre os projectos reivindicativos e as diferentes posições políticas. Além disso, Valente realiza um percurso narrativo por alguns dos mais importantes conflitos que se travaram na imprensa, mostrando a sequência dos processos reivindicativos e o surgimento de novas exigências por parte dos colectivos operários. Trata-se, sem dúvida, de uma boa aproximação ao tema, ainda que possamos lamentar a ausência de uma maior coragem interpretativa e de um esforço de sistematização quantitativa e geográfica, sobretudo se tivermos em conta que o movi-

³ Como assinala Francisco Rui Cádima no seu contributo para este mesmo volume, era o que propunha Álvaro Cunhal para eludir responsabilidades no seguimento do 25 de Novembro — que só se tomassem em consideração as tomadas de posição do *Avante!* (p. 350).

mento operário foi um dos objectos privilegiados dos historiadores, sociólogos e cientistas políticos que estudaram a revolução portuguesa nos anos imediatamente posteriores à mesma e que, portanto, uma aproximação tão geral como esta não nos traz grandes novidades.

O quinto convidado deste volume, Augusto Mateus, propõe-se explicar os vínculos entre «O 25 de Abril, a transição política e as transformações económicas», se bem que, em nossa opinião, o texto não faça justiça ao título. O autor começa por nos recordar de modo oportuno a conjuntura internacional de crise económica na qual se produziu a revolução dos cravos. Porém, a partir desse ponto, o texto resume-se a uma descrição da evolução das estruturas produtivas portuguesas entre 1958 e 1988, na qual, de uma forma que desorienta o leigo em economia, as taxas associadas aos diferentes sectores sobem, baixam, mudam e variam sem que se especifiquem os agentes causais de todas essas transformações, nem se apresente claramente a articulação entre o processo político e as referidas transformações económicas. Posso assinalar aquilo que não encontrei no texto, mas não me considero competente para discutir aquilo que o texto diz.

Em sexto lugar temos o capítulo «Família e quotidiano: movimentos e sinais de mudança», assinado por Ana Nunes de Almeida e Karin Wall. É o único texto de autoria feminina do volume (e as suas autoras as duas únicas mulheres de toda a série «Re-

volução e Democracia», pelo que a sua intervenção é uma entre dezanove). Além disso, o artigo de Almeida e Wall aborda uma série de aspectos — em especial o quotidiano e as práticas familiares — que nas ciências sociais têm vindo a converter-se num couro (gueto?) feminino [e para o comprovar basta observar a composição de género da bibliografia do artigo (p. 393) e compará-la com a do resto dos capítulos]. As autoras não chegam a interpretar a sua própria situação minoritária no volume, embora esperemos que não seja uma assunção do «feminismo da diferença» que as faça aceitar o carácter feminino do estudo da vida quotidiana.

O texto das duas autoras percorre, por um lado, as modificações legislativas que, a partir do 25 de Abril, deram corpo à igualdade legal entre ambos os sexos em Portugal, pondo fim aos elementos jurídicos que discriminavam a mulher, particularmente na sua relação com o marido. Por outro lado, as autoras abordam as modificações demográficas, de práticas sociais e de valores que podem relacionar-se de algum modo com o âmbito familiar: formas de conjugabilidade, diminuição da fecundidade, novas imagens da infância, dimensão e estrutura da família, educação, relação das mulheres com o mercado de trabalho, etc. Como síntese entre as duas partes, Almeida e Wall assinalam que as modificações legais se adiantaram a uma mudança generalizada nas práticas reais e que, sobretudo na esfera doméstica, ainda não se consolidou um cenário de igualdade entre os sexos.

O artigo é informativo e adentra-se na formulação de algumas chaves explicativas — como a da sobrerrepresentação feminina no ensino superior português. Não obstante, as autoras parecem manejar mais e melhor informação do que aquela que efectivamente apresentam no artigo, pelo que sentimos a falta de mais páginas a fazerem referência aos estudos qualitativos citados pelas autoras. Falta também a utilização de um referente comparativo com outros países, que poderia permitir-nos avaliar a especificidade das características do caso português.

Seguidamente, António Pinto Ribeiro fala-nos das «Artes sem revolução», assinalando a inexistência de uma revolução cultural ou artística profunda e original inscrita no processo político revolucionário. Na ausência desta revolução, que deveria ser o objecto propriamente dito do texto, o que Pinto Ribeiro faz é uma revisão dos principais acontecimentos que marcaram a evolução das diferentes artes desde 1974 até à década de 1990, assinalando a sucessão de três fases. A primeira destas seria caracterizada pela sujeição da arte e dos artistas aos interesses da revolução e pelos excessos panfletários dessas intervenções. A segunda fase, que cobriria a década de 1980, é caracterizada, segundo o autor, pelo «desejo desesperado de ser moderno» e pelo deslumbramento com as artes e artistas estrangeiros. Por fim, a década de 1990 caracterizar-se-ia pela entrada definitiva de Portugal nos circuitos artísticos inter-

nacionais e pela sua inserção naquilo que o autor denomina — com injustiça para com Guy Debord — a «sociedade do espectáculo». Deparamo-nos de novo com um texto interessante, mas que nos deixa insatisfeitos, em especial pela ausência de um esforço analítico que tente explicar a mudança, as opções dos diferentes grupos artísticos, ou a mudança nessas mesmas opções.

Na penúltima intervenção, Francisco Rui Cádima trata «Os *media* na revolução», traçando um resumo dos avatares pelos quais passaram as rádios, a imprensa e a televisão durante o processo revolucionário, no qual se converteram numa «das primeiras e mais decisivas linhas de batalha». Como nos casos anteriores, o expositivo prima sobre o explicativo, que remete para uma insatisfatória «explosão de romanticismos irrepetíveis». Assim, há que lamentar a ausência de uma discussão sobre o que estava concretamente em jogo nas diferentes lutas e quais eram os marcos de avaliação da sua situação dos diferentes actores que participaram no processo. Além disso, a análise do autor concentra-se nos acontecimentos que tiveram lugar em Lisboa e, em menor medida, no Porto, pondo de parte a imprensa regional, que desempenhou um papel fundamental na contestação à hegemonia da imprensa nacionalizada e em cujos órgãos se travaram também importantes combates.

Finalmente, António Costa Pinto oferece-nos um trabalho sobre a gestão do legado autoritário na tran-

sição. Por um lado, o autor analisa os processos de saneamento na esfera política, administrativa, militar, escolar e da comunicação social e, por outro, o renascimento de movimentos e partidos de direita autoritária não apenas durante a própria transição — com especial destaque para o processo de mobilização anticomunista —, como também durante os anos imediatamente posteriores. O estudo do saneamento inclui uma descrição completa dos âmbitos nos quais estes processos foram significativos e tem a virtude de ir assinalando as lacunas de informação sobre determinados sectores e a necessidade de empreender estudos específicos.

Todavia, Costa Pinto não procura explicar nem a emergência nem os efeitos do processo de saneamento em vários âmbitos — mediante uma comparação, por exemplo, com as práticas exclusivistas típicas dos movimentos surgidos de duras oposições democráticas ou republicanas. Tão-pouco cita um saneamento de importância fundamental, o da polícia de choque (companhia móvel da PSP), o qual, como argumentámos num trabalho ainda inédito⁴, teve a particularidade de desprover os diferentes governos portugueses do processo revolucionário de um instrumento de governação essencial: uma força policial antidistúrbios capaz de actuar eficazmente perante os colec-

tivos mobilizados e de o fazer com riscos reduzidos de provocar vítimas mortais (ou seja, com poucos custos políticos para a própria instituição repressiva e para o governo do qual depende). Muitos dos episódios «de massas» que deram ao processo o seu «sabor» revolucionário ganharam um contorno especial precisamente devido à ausência dessa força policial.

No seu conjunto, o volume deixa-nos um sabor agridoce na boca — a maior parte da informação que contém estava já disponível noutras publicações e são poucas as novidades interpretativas. Como meio de iniciação ao processo, trata-se de um contributo mais, que não se impõe nem como leitura obrigatória nem como um resumo adequado dos debates sobre o período em questão. O facto não teria a menor importância se, como assinala implicitamente Costa Pinto, o programa de investigação sobre o 25 de Abril não permanecesse em aberto, tornando necessária a realização de estudos monográficos que lancem luz sobre aspectos particulares do processo. Ainda dentro do âmbito político, podemos assinalar que quase não existem monografias regionais nem monografias que tratem os acontecimentos que tiveram lugar em determinados ministérios, partidos, corpos do Estado ou, inclusivamente, quartéis militares. Para quando uma história do MDP, tão influente junto dos militares e em tantas administrações locais? Poder-se-á substituir o seu estudo pela assimilação da sua prática à de um satélite do PCP, que permanece também

⁴ Diego Palacios Cerezales (2001), *Crisis de Estado y Acciones Colectivas en la Revolución Portuguesa*, ICS, tese de mestrado (capítulo 2).

mal estudado? Há alguma explicação satisfatória para a explosão da influência da extrema-esquerda? Faltam sobretudo sistematizações quantitativas e territorialmente especificadas que nos permitam esclarecer o impacto social e geográfico de cada processo e elaborar um mapa, por exemplo, da sequência de substituição das autoridades locais, da implantação de cada partido ou do surgimento das novas elites políticas locais ou das mobilizações populares. Como se diz na gíria dos consultores políticos, as fraquezas podem ser transformadas em oportunidades.

DIEGO PALACIOS CEREZALES

Geoffrey Evans (ed.) (1999), **The End of Class Politics? Class Voting in Comparative Context**, Oxford, Oxford University Press.

Historicamente, a política competitiva nas sociedades modernas estruturou-se a partir de linhas de clivagem social que dividiam (e dividem, embora em menor medida) as diferentes sociedades¹. Ou seja, as

¹ V. S. Lipset e S. Rokkan (1992 [1967]), «Estruturas de clivagem, sistemas partidários e alinhamentos dos eleitores», in S. Lipset, *Consenso e Conflito*, Lisboa, Gradiva, pp. 161-259.

sociedades modernas encontram-se estruturalmente divididas segundo determinados eixos de diferenciação, variáveis segundo as formações sociais concretas, e estes forneceram bases fundamentais não só para a formação dos sistemas partidários das democracias modernas, como para a arregimentação dos eleitores por parte dos partidos políticos. Note-se, contudo, que a transformação das clivagens sociais em clivagens políticas nunca foi automática, antes dependeu dos percursos históricos concretos das diferentes sociedades, da interação/sobreposição/cruzamento das diferentes clivagens sociais e, sobretudo, da politização destas por parte dos partidos políticos e das organizações sociais².

Das várias linhas de clivagem supramencionadas, a diferenciação capital-trabalho foi a que mais tardiamente teve expressão política, com a entrada dos partidos representativos da classe operária na arena parlamentar. Todavia, pelo menos a partir daí, a estratificação com base na estrutura de classes sociais tornou-se um factor fundamental para explicar o aparecimento e a consolidação dos sistemas partidários na esmagadora maioria das democracias modernas, tal como os conhecemos hoje, bem como para explicar as lealdades dos cidadãos face aos partidos políticos, nomeadamente em matéria de sentido de voto.

² Id., *ibid.*, e André Freire (2001), *Modelos do Comportamento Eleitoral: Uma Breve Introdução Crítica*, Oeiras, Celta.